

EDUCAÇÃO TUTORIAL NO ENSINO PRESENCIAL – UMA ANÁLISE SOBRE O PET

Iguatemy Lucena Martins 1

Introdução

O Programa de Educação Tutorial – PET, criado em 1979 no conjunto das iniciativas de fortalecimento do ensino superior brasileiro conduzidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, teve a sua gestão assumida pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESU/MEC no final do ano de 1999.

O período em que o PET esteve sob a gestão da CAPES foi importante e suficiente para, entre outros aspectos, revelar a qualidade acadêmica do programa e demonstrar a unidade dos seus integrantes, estudantes e professores, na mobilização nacional para evitar a sua anunciada extinção.

Durante o período inicial na SESU/MEC, o qual se estendeu até o final de 2004, o PET enfrentou diferentes problemas na sua manutenção e até mesmo na sua acomodação nesse novo ambiente. A mudança provocada pela saída da CAPES trouxe a necessidade de repensar o programa frente às diretrizes definidas para a educação superior naquele momento histórico.

Após ter ancorado na SESU/MEC, mais especificamente no Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior – DEPEM, o PET foi sendo administrado inicialmente de modo a garantir a sua continuidade e embora algumas ações pontuais já sinalizassem a disposição do Ministério da Educação em fortalecê-lo, as expectativas ou iniciativas no sentido da sua consolidação como parte integrante de uma política pública de valorização e dinamização do ensino superior ainda eram incipientes.

A partir de março de 2005, o DEPEM, apoiado nas experiências decorrentes do processo histórico vivido pelo PET até então, bem como nas discussões realizadas na própria SESu, empenhou-se em assegurar os meios e a definir os instrumentos necessários ao aprimoramento e expansão deste programa, tendo como diretriz orientadora contribuir para que o PET reafirmasse o seu importante papel na formação de milhares de estudantes e no fortalecimento da graduação no país.

No contexto de retomada e de dinamização do PET no âmbito do Ministério da Educação, destacam-se a Lei nº 11.180 e a Portaria nº 3.385, ambas de setembro de 2005. Estes instrumentos normativos imprimiram um novo formato ao programa ao tempo em que lhe deram um caráter institucional.

Coordenadora de Relações Acadêmicas de Graduação do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - DEPEM/SESU/MEC. Professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal da Paraíba - UFPB

As orientações que consubstanciaram a nova legislação do PET resultaram de uma análise crítica responsável, que ratificou as potencialidades do programa e evidenciou a necessidade de superar princípios cristalizados, muitos deles fundados em pressupostos definidos ainda na época da sua criação e em visões endógenas, refratárias às sinalizações de mudanças que se desenhavam para o programa.

A dinamização do vínculo acadêmico-administrativo com as Instituições de Ensino Superior, por meio das suas respectivas Pró-Reitorias de Graduação, reassentou o PET no meio universitário como um programa próprio e indissociável da graduação. A retomada do diálogo da SESU/MEC com os representantes nacionais do programa foi determinante para clarificar intenções, flexibilizar posições, definir responsabilidades e restabelecer a confiança mútua entre o MEC e a comunidade petiana.

Essas ações, junto com a criação do Conselho Superior do PET, responsável pela gestão do programa, e com a Comissão de Avaliação, formada por docentes de diferentes IES e de áreas de conhecimento também diferenciadas, objetivaram garantir um maior envolvimento da comunidade universitária com o PET, além de imprimir mais transparência ao programa.

Tais iniciativas, as quais se somaram também a complementação de todos os grupos existentes à época com o número máximo de 12 alunos/grupo, o aumento e a atualização do pagamento de bolsas de alunos, atualização do pagamento da bolsa de tutores, além do estudo sobre os egressos do PET, configuraram a primeira e a segunda fases de reestruturação do programa, definidas pelo DEPEM para o ano de 2005, denominadas “Fase de institucionalização” e “Fase de Consolidação.”

A expansão do programa, por meio do Edital MEC/SESU nº 3/2006, instalou o processo público de seleção de trinta novos grupos e para o qual se inscreveram mais de trezentas propostas, marcou a terceira fase ou “Fase da Expansão”, definida no planejamento das ações do DEPEM para o ano de 2006.

Na perspectiva de induzir a melhoria do ensino superior do País a expansão do PET procurou chegar de modo mais efetivo aos Estados que não contavam ainda com o programa, além de introduzir a possibilidade de inscrição de propostas por áreas temáticas atuais e relacionadas às políticas públicas. Após essa seleção, o PET passou a contar com 328 grupos, distribuídos por praticamente todo o território nacional.

A realização da avaliação nacional de grupos e tutores do PET, o início do debate sobre indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no âmbito do programa, a perspectiva de analisar e sistematizar experiências desenvolvidas pelos grupos PET, além de tratar de aprofundar a discussão acadêmica sobre a Educação Tutorial, são ações que, alavancadas ainda nesta gestão da SESU/MEC, irão caracterizar a próxima fase de desenvolvimento do PET.

Educação Tutorial: Dimensões importantes e preliminares

Compreender o significado e realizar uma aproximação conceitual da educação tutorial impõe, igualmente, buscar elementos que fundamentem a importância da tutoria, além de identificar e sistematizar aspectos que possam delinear o perfil do tutor, suas funções e deveres.

Nesse sentido, a Educação Tutorial caracteriza-se como uma metodologia de ensino com sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais, que se efetiva por meio de grupos de aprendizagem, constituídos por estudantes, sob a orientação de professores tutores. As atividades realizadas no âmbito da educação tutorial se identificam como extracurriculares e são, em geral, complementares à formação acadêmica.

No sentido *latu*, a tutoria traduz-se em ações de cuidar, representar, defender e assistir. Na área educacional, a tutoria efetiva-se no acompanhamento e orientação sistemática de grupos de alunos, por pessoas experientes nas áreas de formação dos estudantes. Tem-se, assim, que a tutoria é uma ação de mediação pedagógica que evoca o aluno como sujeito central da educação e que assume a formação pessoal e acadêmica do estudante como aspectos diretamente atrelados às funções da instituição escolar.

A tutoria justifica-se e se consolida, fundamentalmente, pela possibilidade de elaborar coletiva e criticamente as experiências de aprendizagem, como oportunidade ímpar para que professores e alunos se articulem de forma efetiva e organizada para conhecer e produzir conhecimento, potencializar capacidades individuais e coletivas e compreender os mecanismos de superação das dificuldades de aprendizagem.

É inquestionável que a tutoria proporciona ao aluno assumir responsabilidades sobre a sua própria aprendizagem e desenvolvimento pessoal, além de ampliar a sua visão de mundo e dimensionar o seu papel social. O manejo de conflitos e o exercício de comunicação entre colegas e responsáveis pelo ensino são também valores educacionais inerentes e significativos da tutoria.

Na educação tutorial, as funções e deveres do tutor compõem um conjunto amplo e diversificado de valores, atitudes, habilidades e conhecimentos que, dificilmente, podem ser reunidos em um único modelo. Contudo, identifica-se preliminarmente que o tutor tem, dentre as suas várias atribuições, a destacada função de estimular o interesse acadêmico do aluno e identificar suas potencialidades e qualidades na perspectiva de promover a autonomia discente para analisar problemas, raciocinar criticamente e agir de forma ética e cidadã.

Ao tutor cabe, ainda, um esforço contínuo para não dirigir o grupo de alunos segundo as suas crenças e valores, não confundir o seu papel e não desvirtuar os objetivos da tutoria.

Em verdade, não se tem um perfil pronto e acabado para o tutor. Antes, ele se constrói, se delinea e se define a partir do próprio fazer, da própria ação de ser tutor, o que não implica que este perfil seja fruto de uma prática empírica e assistemática.

Um exercício de identificar aspectos relevantes que devem fornecer as bases para o perfil de um tutor, sugere o interesse pelo conhecimento e a postura pró-ativa diante dos fatos, como pontos insubstituíveis. O modo como enfrenta as dificuldades, como pensa os problemas, como estabelece limites, como maneja as verdades, como se comunica, sintetiza, integra e promove a coesão do grupo são também indicadores que se somam aos anteriores e que se integram ao perfil de um tutor.

Reflexos da Educação Tutorial na Formação Universitária

A análise dos reflexos da Educação Tutorial na formação universitária está fundamentada nos seguintes referências de Educação Superior: Autonomia no trato do conhecimento; visão humanista articulada com os processos de desenvolvimento científico e tecnológico, práticas cidadãs e compromisso com as demandas sociais – extensão como princípio pedagógico, método investigativo como recurso de aprendizagem, projeto pedagógico como instrumento de gestão e avaliação institucional e de curso.

A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão impõe às Instituições de Ensino Superior a responsabilidade de reportar à sociedade os seus resultados e os impactos sociais de sua atuação. Assim, autonomia e avaliação são dimensões indissociáveis do processo de modernização das instituições universitárias. Para a formação universitária alguns princípios são esperados entre eles que ela seja universalizada e com qualidade, plural em seus modelos e moderna em sua gestão, autônoma, porém avaliada pela sociedade, indutora da pesquisa e da inovação, capaz de interagir com a sociedade e o setor produtivo, competente para atender as demandas regionais, e flexível para reconhecer e compartilhar outros “locus” de aprendizagem.

Neste caminho, a prática da pesquisa surge como elemento integrante e modernizador do ensino na educação superior e a extensão revela-se uma estratégia de primeira grandeza para a efetiva interação com a sociedade. Fatores que irão se conjugar em um ensino científico e tecnicamente competentes, com inserção política e fundado em princípios éticos. A Educação Tutorial ao reforçar a capacidade de trabalho em equipe, a compreensão das características e dinâmicas individuais, além da percepção da responsabilidade coletiva e do compromisso social dos alunos, com a sua ação direcionada fortemente para o curso de graduação, é um importante instrumento para a consolidação de uma formação universitária competente e qualificada.

Um outro ponto interessante na educação tutorial é a possibilidade de disseminar para os demais alunos da graduação a metodologia de gestão do conhecimento utilizado na educação tutorial, o que tende a modificar e a ampliar a perspectiva educacional de toda a comunidade acadêmica, reforçando trocas e parcerias que qualificam o projeto pedagógico do curso, em processo de mútuo aperfeiçoamento.

A ponte que pode ser feita entre o academicismo dos componentes curriculares, em geral com pouca receptividade por parte dos alunos, mas necessária como elemento epistemológico estruturante para uma formação universitária e uma inserção profissional consciente e crítica, é uma expectativa que a educação tutorial tem sob a sua responsabilidade.

Tudo isso se alia a outras experiências e vivências práticas e igualmente importantes na formação acadêmica, a exemplo do domínio da língua materna e de língua estrangeira, domínio das tecnologias de informação e comunicação, capacidade de falar em público, capacidade para escrever um relatório devidamente estruturado, gosto pela leitura, interesse pela inovação, iniciativa, espírito de exigência, etc.

Ensino, pesquisa e extensão: Estratégia de desenvolvimento do PET

Dentre os novos caminhos que se deseja para o PET está o de que ele se constitua em um elemento estratégico para refletir, conceituar e operacionalizar a Educação Tutorial e, por consequência, discutir a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, compreendendo estes conceitos dialeticamente e trabalhando-os como aspectos basilares do programa.

A integração desejada para as três vertentes do fazer universitário é referida entre as metas definidas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº10.172, de janeiro de 2001, ao registrar: “O núcleo estratégico de educação superior há de ser composto pelas universidades, que exercem as funções que foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão”.

O Plano Nacional de Graduação, uma produção do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras - FORGRAD, ao tratar do processo pedagógico desejado para esses cursos, destaca: “Ensino com extensão aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea. Ensino com pesquisa aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa, em seu próprio processo evolutivo. Neste contexto, o conceito de indissociabilidade requerido para o ensino de graduação não se reduz nem ao processo de produção do saber novo, nem às práticas de intervenção direta nos processos sociais, embora não se possa negar a pertinência da pesquisa e da extensão em si..”

Para o FORGRAD a indissociabilidade “exige um novo diálogo interdisciplinar, uma organização curricular que acolha, ao eixo científico básico que informa uma área de conhecimento relacionada à atuação profissional, a contribuição das ciências conexas. Ela supõe, igualmente, educadores afeitos às questões da investigação e às indagações acerca dos rumos da sociedade contemporânea”.

O Ensino deve ter como horizonte a aprendizagem, processos interdependentes que dão corpo a uma relação em que a participação ativa do aluno, como agente de um ato criativo e realizador é imprescindível e onde se constroem novas capacidades, com transformações mútuas entre alunos e professores, haja vista as experiências diferenciadas desses atores.

A concepção definida pelo Fórum de Extensão dos Pró-Reitores das Universidades Públicas – FORPROEXT, define a extensão como princípio educativo que contempla o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com o real. A ênfase no processo, o reforço no coletivo institucional e não ao assistencialismo material e intelectual são elementos estruturantes de uma visão atual e progressista da extensão universitária. A pesquisa na graduação, que encerra também a concepção desejada para o PET, deve integrar os projetos pedagógicos dos cursos, como princípio educativo que atravessa a formação do aluno no dia a dia, no cotidiano da sala de aula, nas tarefas acadêmicas, ampliando-lhes os campos de ação, de reflexão e de autonomia intelectual. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão perseguida pelo PET objetiva favorecer a interdisciplinaridade, retroalimentar o ensino com novas práticas e experiências pedagógicas, além de reforçar a conscientização do aluno sobre o seu papel no curso, na IES e na sua vida profissional e cidadã. Nessa linha de entendimento, pensar o ensino, a pesquisa e a extensão no PET implica o esforço teórico de todos os seus integrantes para articular as ações desenvolvidas pelos grupos com a concepção do próprio programa e os conceitos atuais dessas áreas.

Essa compreensão instiga o questionamento sobre a possibilidade real de tal indissociabilidade, da capacidade da academia e seus atores para materializar este conceito e traduzi-lo em ações concretas que se multipliquem no fazer acadêmico, concorrendo para aproximar efetivamente o ensino, a pesquisa e a extensão.

A graduação, primeiro patamar de formação da educação superior brasileira, é uma etapa fundamental e imprescindível de preparação acadêmica para se chegar à pós-graduação, fase esta destinada àqueles que pretendem ser pesquisadores, docentes universitários, ou mesmo empresários e dirigentes, e que irão, dentre outras ações, produzir ciência, tecnologia, cultura e arte, nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A interação entre ensino, pesquisa e extensão revela-se, assim, central na graduação e não pode passar despercebida pela pós-graduação. Além disso, a absorção da pesquisa como

princípio educativo e científico constitui-se em um atual e permanente desafio para a instituições universitárias em geral e para a formação docente em particular.

Neste contexto, destaca-se que o PET é hoje o único programa acadêmico, destinado aos alunos de graduação de Instituições de Ensino Superior públicas, federais, estaduais e municipais, além de particulares, mantido pelo Ministério da Educação, que exige aos seus alunos o envolvimento com atividades de ensino, pesquisa e extensão, sempre de forma articulada e sob a orientação de um professor tutor.

Com esse perfil, o PET, a partir da própria experiência acumulada por professores e alunos participantes do programa nos processos de produção do conhecimento científico, além das vivências metodológicas proporcionadas pelo trabalho tutorial, pode contribuir para avançar o debate sobre a temática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da graduação e da pós-graduação, consolidando-a como campo de investigação, respeitadas as singularidades próprias de cada contexto.

Conclusões

Não há dúvidas que a dinâmica da educação superior, assim como o desenvolvimento científico, cultural e tecnológico, façam ressurgir idéias e criem novos argumentos para alimentar o debate em torno do PET. Isso é importante e, longe de sugerir retrocesso, deve ser compreendido como defesa de pontos de vista e de expectativas que pretendem, acima de tudo, produzir um programa acadêmico cada vez mais integrado com os avanços do mundo moderno e cada vez mais compreendido pela sociedade que o financia.

Referências Bibliográficas

GRILO, Eduardo Marçal. Desafios da Educação: Idéias para uma política educativa no século XXI. Lisboa, Oficina do livro, 2002.

Resgatando espaços e construindo idéias: ForGRAD 1997 a 2004/ organização ForGrad. 3. ed.ampl.- Uberlândia: Edufu, 2004.